

“SEM UNIFORMIDADE E METHODO DE ENSINO”: A CONSTITUIÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE NA PROVÍNCIA ALAGOANO IMPÉRIO BRASILEIRO

Edgleide de Oliveira Clemente da Silva (UERJ)

Eje 5: La Formación Docente: su Historia/s, historiografías y experiencias

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo traçar algumas considerações sobre os aspectos que constituíram a formação docente no Império brasileiro, em especial, na província de Alagoas, que se materializaram no século XIX a partir de leis, emendas, regulamentos e relatórios. Essas intervenções governamentais eram respaldadas pelo discurso de uma instrução em estado estacionário, “sem uniformidade e methodo de ensino”, a qual era conduzida por um professorado despreparado, desqualificado e de baixa remuneração. Buscou-se assim, criar Escolas Normais como objetivo de instituir práticas de ensino que subsidiassem o trabalho docente na formação juvenil. Sob o contexto nacional essas exposições partiram da análise da fonte documental do Regulamento da reforma do ensino primário e secundário do município da Corte (decreto de n. 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854), elaborado na gestão de Couto Ferraz. Para um estudo regional considerou-se o “Relatório da Instrução Pública e Particular da província das Alagoas” de 1866 elaborado na gestão do médico alagoano Thomaz do Bomfim Espindola (1832-1889) quando exerceu o cargo de inspetor geral de estudos. Esse intelectual, atuou intensamente na institucionalização da Escola Normal em Alagoas a partir do discurso de uma sociedade civilizada e moderna. Esses documentos foram analisados a partir das reflexões de alguns estudiosos da área da Educação, tais como, Gondra; Schueler (2008) e Xavier (2014) que contribuíram na compreensão da consolidação da escola pública e no desenvolvimento da profissão docente no Império brasileiro. As pesquisas de Villela (2000) e Pinto (2005) auxiliaram no entendimento da construção da Escola Normal enquanto espaço de formação docente a partir de seus mecanismos de seleção e ingresso. No que se refere à implementação da Escola Normal em Alagoas, consideramos os estudos de Costa (1931) e Pauferro (2010). Nesse sentido, considero necessário compreendermos a constituição da formação docente na província alagoana, como um processo de ensino e aprendizagem, que consistia em formar professores à base de uma prática escolar pré-determinada e articulada sob o contexto nacional e regional do Império brasileiro.

Referências

ALAGOAS. Relatório da Instrução pública e particular da Província das Alagoas apresentado ao Exm. Srn. Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel presidente da província pelo Dr. Thomaz do Bomfim Espindola. Maceió: Typ. da Gazeta de Notícias, 1866.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto n. 1.331 A, 17 de fevereiro de 1854.

COSTA, Craveiro João. *Instrução Pública e Instituições Culturais em Alagoas*. Maceió: Imprensa Oficial, 1931.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

PAUFERRO, Nezilda do Nascimento Silva. *As matrizes históricas da inspeção escolar no Brasil: mecanismo de controle do trabalho docente em Alagoas (1840 – 1889)*. 2010, 153 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2010.

PINTO, Inára de Almeida Garcia. *Certame de atletas vigorosos/as: uma análise dos processos de seleção de professores/as no século XIX (1855 – 1863)*. 2005, 234 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Gnuve (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

XAVIER, Libânia Nacif. A construção social e histórica da profissão docente: uma síntese necessária. *Revista Brasileira de Educação*, v. 19, n. 59, p. 827-849, out./dez. 2014.